

VANDERCI AGUILERA  
(Org.)

# PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

---

VOLUME VII: VOZES, VEREDAS, VORAGENS

TOMO II

*eduel*  


Catálogo na publicação elaborada pela Bibliotecária  
Neide Maria Jardinette Zaninelli / CRB-9/884.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

---

P221 Para a história do português brasileiro, volume VII :  
vozes, veredas, voragens / Vanderci de Andrade  
Aguilera (organizadora).— Londrina : EDUEL,  
2009.

2 v.: il.; 23cm.

Vários colaboradores.

ISBN 978-85-7216-520-4

1. Português Brasileiro. 2. PHPB. I. Aguilera,  
Vanderci de Andrade.

CDU: 806.90(81)

---

Direitos reservados à  
Editora da Universidade Estadual de Londrina  
Campus Universitário  
Caixa Postal 6001  
Fone/Fax: (43) 3371-4674  
86051-990 Londrina – PR  
E-mail: eduel@uel.br  
www.uel.br/editora

Impresso no Brasil / Printed in Brazil  
Depósito Legal na Biblioteca Nacional

2009



## SUMÁRIO

### CONFERÊNCIAS

CASOS DE CONCORDÂNCIA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO .....	437
<i>Denilda Moura</i>	
TRADIÇÕES DISCURSIVAS E ORGANIZAÇÃO DE CORPORA.....	467
<i>José da Silva Simões &amp; Verena Kewitz</i>	
A GEOLINGUÍSTICA PLURIDIMENSIONAL, A HISTÓRIA SOCIAL E A HISTÓRIA DAS LÍNGUAS .....	531
<i>Harald Thun</i>	
LA DIALECTOLOGIE, LA GEOLINGUISTIQUE ET L'HISTOIRE DES LANGUES: L'EXPERIENCE DE L'ATLAS LINGUISTIQUE DE TUNISIE.....	559
<i>Salah Mejri</i>	

### HISTÓRIA SOCIAL

A ESCOLARIZAÇÃO RELACIONADA À DEMOGRAFIA NA PROVÍNCIA DA BAHIA NO SÉCULO XIX .....	577
<i>Rosa Virgínia Mattos e Silva &amp; Emília Helena Portella Monteiro de Souza</i>	
PERFIL DAS ESCOLAS: FINS DO XIX E INÍCIO DO XX.....	601
<i>Marilza de Oliveira; Adriana Sousa; Hélcio Batista Pereira; Hosana dos Santos; José Simões &amp; Priscilla Barbosa Ribeiro</i>	
NORMATIZAÇÃO E ENSINO EM FINAL DOS OITOCENTOS .....	631
<i>Dinab Callou &amp; Afranio Barbosa</i>	
SOBRE O VOCABULÁRIO RURAL PARANAENSE.....	655
<i>Rosa Evangelina de Santana Belli Rodrigues</i>	
DOCUMENTOS PARANAENSES DO SÉCULO XVIII: PRIMEIRAS NOTÍCIAS .....	679
<i>Joyce Elaine de Almeida Baronas, Ênio José Toniolo, Fabiane Cristina Altino, Celciane Vasconcelos, Elvira Barbosa da Silva.</i>	

## **A escolarização relacionada à demografia na província da Bahia no século XIX**

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Emília Helena Portella Monteiro de Souza



“Bahia? A cidade ou a Província? É impossível escapar dessa ambigüidade.” (Mattoso, 1992, p.41).

## INTRODUÇÃO

Começaremos esta Comunicação respondendo à pergunta da historiadora greco-baiana Kátia Maria Queirós Mattoso, no seu livro *Bahia, século XIX: uma Província no Império*. Afirmo Mattoso:

A capitania que se tornou Província com a primeira Constituição (1824) e depois Estado com a República (1889) sempre se chamou Bahia. Mas até o fim do século passado, sua capital teve, simultaneamente, sete denominações: São Salvador, Salvador, Salvador da Bahia, Bahia de Todos os Santos e, enfim, São Salvador da Bahia de Todos os Santos.’ (1992, p.41).

Como nos deteremos no século XIX, Bahia será, portanto, tanto Província como Estado, a partir da proclamação da República em 1889, ao findar o século XIX. Que fique claro que não pretendemos nesta Comunicação recobrir toda Província/Estado, mas a cidade, hoje, Salvador e seu Recôncavo. Há também que definir *Recôncavo* que, nas palavras da historiadora referida, é o que se segue:

Recôncavo significa fundo da Bahia. Mas o Recôncavo baiano abrange todas as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales e planaltos próximos ao mar: uma orla de quase quatrocentos quilômetros torna fácil a circulação ainda mais porque numerosos rios se lançam na baía por amplos braços navegáveis. (1992, p.51).

Definidos assim a Bahia e seu Recôncavo, temos como objetivo nesta Comunicação tentar relacionar a demografia à escolarização na Bahia

(Província/Estado) do século XIX. Em Comunicação ao *VI Seminário para a história do português brasileiro*, Carneiro e Fernandes (2006), intitulada *A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior*, as Autoras investiram, como diz o título da sua Comunicação, “no interior”, ou seja, na extensa região denominada “semi-árido” baiano. Em nosso caso, pretendemos nos deter, por enquanto, no litoral, ou seja, em parte do litoral baiano, a Bahia, a cidade e seu Recôncavo. Não utilizaremos fontes diretas, mas indiretas, isto é, trabalhos de historiadores que se detiveram sobre dois fatores sócio-históricos designados no título deste trabalho, pelo menos por enquanto.

Como já está amplamente conhecido, mas vale repetir, embora os dados sejam gerais para o Brasil, “Até a primeira metade do século XIX, a etnia branca... perfez, entre 1538 e 1850, 30% da população, nos outros 70% estão sobretudo, os africanos e afro-descendentes.” (Cf. Mattos e Silva, 2004, p. 132).

Quanto à escolarização, informa Antônio Houaiss que não ultrapassariam de 0,5% os “letrados (ou literatados) (1985, p.137). Em 1872, quando se fez o primeiro censo oficial do Brasil, numa população de 4.600.000 indivíduos, diz o historiador Boris Fausto: “[...] entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e, entre a população livre, aproximadamente 80%, subindo para 86% quando consideramos as mulheres.” (1994, p.137).

Assim, ao longo do século XIX, de 0,5% passou-se a 20%, aproximadamente, de “letrados (ou literatados)”.

## **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DE SALVADOR E SEU RECÔNCAVO DO SÉCULO XVIII A XX**

Não se pode, a nosso ver, tratar de demografia e de escolarização, sem traçar um quadro geral socioeconômico da área em que se centra esta Comunicação. Seguimos, ainda, a historiadora Kátia Mattoso no artigo de 2004, *Um estudo quantitativo da estrutura social: a cidade do Salvador, Bahia de Todos*

os Santos, no século XIX, publicado em coletânea da Autora, intitulada *Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*, p. 203-224.

Quando trata de *A estratificação social na Bahia do século XVIII aos meados do século XIX*, utiliza para o fim do período colonial o modelo de Luis dos Santos Vilhena, no livro, em forma de cartas, *A Bahia no século XVIII*, publicado em Salvador, pela Editora Itapoan em 1969.

Kátia Mattoso considera Vilhena “o melhor observador do meio em que vivia” (p. 206). Relê Vilhena a historiadora da seguinte forma, no que se refere à estratificação social urbana. Assim ocorria:

- uma primeira categoria, constituída de altos funcionários da administração real, militares, alto clero, grandes negociantes e grandes proprietários rurais;
- uma segunda categoria, constituída de funcionários médios da administração real, militares, clero, comerciantes, profissionais liberais nobres, mestres de ofícios e artes;
- uma terceira categoria, constituída de funcionários subalternos da administração real, militares, profissionais liberais secundários, oficiais mecânicos;
- uma quarta categoria, constituída de escravos, mendigos e vagabundos (cf. p. 207).

Conclui a historiadora que da obra de Vilhena

Se infere um modelo da sociedade baiana no final do século XVIII, modelo que apresenta diversidades, com a presença de grupos intermediários de estratificação social compostos por trabalhadores livres, se considerarmos como tais os grupos colocados na primeira e segunda categorias de nosso modelo de classificação social (p.206).

No outro extremo, ou seja, meados do século XIX, segue a historiadora o “eminente antropólogo” Thales de Azevedo que, no seu estudo *Classes sociais e grupos de prestígio*, parte do livro *Ensaio de Antropologia Social*, publicado pela Universidade da Bahia em 1959, demonstra que, em meados do século XX, teria conservado a Bahia as características da sociedade colonial (cf. p.208).



Distingue Thales de Azevedo três estamentos, designados pelo autor como se segue:

- classe alta ou “elite”, que se compõe das seguintes categorias: a) famílias tradicionais, descendentes de antigos senhores de engenho; b) famílias ricas, descendentes de estrangeiros emigrados para a Bahia, no final do século XIX; c) famílias “sem tradição”, de origem “apagada”, mas que prosperaram nos negócios, profissionais liberais e políticos;
- classe média, composta de pequenos e médios comerciantes, proprietários e profissionais, funcionários públicos médios, técnicos, empregados no comércio, menos discriminatória que a classe alta e admite no seu meio descendentes de escravos e pretos;
- classe baixa ou “pobreza”, vivem do trabalho manual e braçal. (Cf. p.208-210).

Segundo Mattoso (2004), Thales de Azevedo admite fatores de reajuste contínuo que permitem a mobilidade social de qualquer indivíduo da escala total, freado pelo *status* de nascimento e da cor. Destaca também o antropólogo a ampla mestiçagem, promovendo a ascensão dos grupos de cor, propiciando, assim, a ascensão individual à posição de camadas superiores.

Esse quadro geral de natureza socioeconômica, traçado por Mattoso, permite que nos detenhamos sobre a demografia de Salvador e seu Recôncavo, no século XIX, tendo como fundamento a sociedade estratificada em que se situa a sua população.

## **DADOS DEMOGRÁFICOS DA BAHIA DO SÉCULO XIX**

Mattoso (1992), para descobrir as condições demográficas, econômicas e sociais de Salvador e seu Recôncavo, examinou cerca de mil documentos para estabelecer as séries de preços e salários, leu e resumiu 3.468 testamentos e 1.115 inventários *pos mortem* e transcreveu mais de 1.600 cartas de alforria.

Adverte a Autora que

O estudo das populações da Bahia enfrenta um problema suplementar, já que os limites da Capitania - que se tornou Província e mais tarde Estado - mudaram muito no decorrer do tempo. Além disso, durante o século XIX, as divisões administrativas da própria Província modificaram-se, tanto por desmembramento quanto por efeito da criação de novos municípios. (1992, p.33).

Nesta Comunicação apenas nos deteremos em Salvador e seu Recôncavo, no que se refere à população, no século XIX.

Segundo a Autora, entre 1814 e 1817, a população baiana, como um todo, tinha 592.908 h.; entre 1865 e 1870, época da guerra do Paraguai, a Bahia tinha 1.450.000h.; 1.170.000 de livres, 280 mil escravos e 20 mil índios sem domicílio. No primeiro censo oficial de 1872, que a autora considera mais confiável, a população total da Bahia era de 1.379.616 h. (Cf. id., p.85).

Resume, a partir dos dados anteriores ao censo de 1872, a situação populacional: “Crescimento contínuo e bem marcado por causa da imigração de populações brancas e da importação de negros africanos, cuja chegada acelerou-se no fim do século XVIII e no início do século XIX.” (id., p.87).

Comparando os dados de Luiz dos Santos Vilhena com os dos recenseamentos de 1872 e 1890, infere a Autora que uma “imensa revolução” se produziu no povoamento da Bahia entre 1800 e 1900: em 1800, 20,6% da população estava no interior; em 1872, 56% e em 1890, 58,2%. Ou seja: mais da metade da população antiga da Província não se encontrava nas áreas de colonização antiga, situadas no litoral. (Cf., p.90).

No que a autora denomina de zona A (a que aqui nos interessa), em Salvador e seu termo havia 18 paróquias, 11 urbanas e 7 rurais, mais 4 paróquias existentes desde o século XVI ao Norte e Nordeste da cidade e, enfim, o Recôncavo: com os 492.732 h. recenseados em 1872, que representavam 37,7% da população da Província contra 71,4% em 1800. (Id., p.90).

A tabela 1, à página 91, resume o que foi dito acima:

**Tabela 1** – População de Salvador e do Recôncavo em 1872

Municípios	População Livre		População Escrava		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Salvador	59.819	52.822	8.201	8.267	129.109
Recôncavo*	160.678	144.497	32.506	25.942	363.623
Total	220.497	197.319	40.707	34.209	492.732

Fonte: Adaptado do recenseamento de 1872.

(\*) Corresponde aos municípios de Abrantes, Mata de São João, Conde, Abadia, Cachoeira, Maragogipe, Tapera, Santo Amaro, São Francisco, Nazaré, Jaguaripe e Itaparica.

A Zona B corresponde à parte sul do Recôncavo, áreas de povoamento muito antigo se ligavam à Capitania basicamente por via marítima. (Mattoso, 1992, p.90-92). Pela hostilidade da população indígena e pela densa floresta que recobria, durante o período colonial, essas regiões tiveram um desenvolvimento medíocre. Durante boa parte do século XIX, a estagnação dessa zona B deveu-se à perda de sua principal função de fornecedora de alimentos à capital. A abertura de vias de comunicação fez com que o Agreste ocupasse esse lugar. Em 1872, ali se concentravam 8,3% da população, percentual que caiu para 6,4% em 1890.

Todo o resto da Província, “essas imensidões”, pode ser subdividido em três subzonas: Agreste, Centro-Oeste e Sudoeste. Essas áreas fogem ao tema desta Comunicação.

A seguir apresentamos os dados de Mattoso (1992, p.111) que se referem à população das paróquias de Salvador em 1872 e, em seguida, a Tabela 2, com a população das paróquias em 1850 (p. 111).



**Tabela 2** – População das Paróquias de Salvador, 1872

Paróquias	População Livre		População Escrava		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Sé	5.874	7.139	1.105	993	15.111
São Pedro	5.989	6.408	1.121	1.225	14.743
Sant'Anna	9.447	8.047	296	164	17.954
Conceição da Praia	3.330	1.010	415	735	5.490
Vitória	5.493	3.935	989	1.249	11.666
Passo	1.602	1.596	210	228	3.636
Pilar	3.868	3.569	490	419	8.346
Santo Antônio Além do Carmo	7.257	8.246	515	595	16.613
Brotas	3.490	1.006	317	227	5.090
Mares	1.828	1.750	84	60	3.722
Penha	2.341	2.412	543	471	5.767
Total	50.519	45.118	6.085	6.416	108.138

Fonte: Recenseamento de 1872, p.508-514.

**Tabela 3** – População das Paróquias de Salvador, 1890

Paróquias	Homens	Mulheres	Total
Sé	9.941	11.059	20.550
São Pedro	9.669	10.381	20.050
Sant'Anna	10.940	13.927	24.417
Conceição da Praia	4.262	3.024	7.466
Vitória	7.180	8.685	15.865
Passo	2.186	2.833	5.019
Pilar	5.927	5.423	11.350
Santo Antônio Além do Carmo	10.570	12.023	22.593
Brotas	2.841	3.126	5.967
Mares	2.055	2.208	4.263
Penha	3.167	4.252	7.149
Total	67.838	77.121	144.959

Fonte: Mattoso, K., Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX, p. 135.

Conclui Mattoso (esta parte de seu livro, intitulada *O peso dos homens*) com o seguinte comentário aos censos de 1872 e 1890:

Apesar de suas evidentes lacunas, o recenseamento de 1872 e de 1890 continuam como único ponto de referência para a evolução da população de Salvador no último terço daquele século. Em 1872, a cidade teria cerca de 108.138 h. e, em 1890, cerca de 144.959. Embora esse crescimento não tenha nada de linear - sofreu as conseqüências de crises, doenças, rigores climáticos - continua a existir em paralelo ao aumento populacional da própria Província. (1992, p. 114).

## **DADOS SOBRE A ESCOLARIZAÇÃO NO SÉCULO XIX**

### A escolarização na primeira metade do século XIX

A escolarização na Bahia no século XIX pode ser vista a partir das políticas públicas, consubstanciadas em leis, decretos, regulamentos, relatórios oficiais. Esses mesmos documentos evidenciam a situação precária por que passa a educação na Bahia, por todo o século XIX. Não só as leis possuem as suas limitações, mas há, também, um fosso que separa os ditames das letras impressas da sua realização. As informações colhidas e aqui apresentadas são de Antonieta Nunes (2002, 2004); Sara Dick (2002) e dos Relatórios de Diretores Gerais dos Estudos de 1851 ao Presidente da Província da Bahia, e de 1894 ao Governador da Bahia.

No Brasil do início do século XIX, sob o regime do império, o primeiro ato oficial sobre instrução pública de D. Pedro I, então Príncipe Regente, foi o decreto, em 28 de junho de 1821, declarando ser livre a qualquer cidadão o ensino e a abertura de escolas de primeiras letras em qualquer parte do reino, quer seja gratuitamente, quer por ajuste dos interessados sem dependência de exames, ou de alguma licença (APEB - Livro De Decretos Imperiais, 1823/25, p.153, apud Nunes, 2004, p. 52).

A Constituição outorgada em 25 de março de 1824 institui

instrução primária gratuita a todos os cidadãos. Nunes (2004, p.52) chama atenção para o fato de que a Constituição trata da gratuidade, mas não da obrigatoriedade, o que “acabava eximindo o Estado de providenciar escola para a totalidade dos brasileiros em idade escolar.”

Em 15 de outubro de 1827, foi promulgada uma lei que determinava que em todas as cidades, sua localização e quantidade, seriam indicadas pelos presidentes dos conselhos municipais, ouvidas as câmaras. Nessas escolas seria ensinado:

[...] a ler e escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, décimas e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos, preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil. (APEB - Livro de Decretos Gerais, 1827, p.5: 129, apud NUNES, idem, p.53).

Esta lei trata ainda dos professores, que deveriam ser formados na capital da província e admitidos por exame, em caráter vitalício; estipula a remuneração e a gratificação. Também sugere a existência, em cada capital, de uma escola de ensino mútuo<sup>1</sup> que deveria existir nas outras vilas onde o número de alunos e de prédios escolares assim o permitisse. Deveria haver ainda professoras para meninas, onde se tornasse necessário. A fiscalização dessas escolas seria feita pelos presidentes dos conselhos de cada lugar onde se situasse(m) a(s) escola(s), também as Câmaras Municipais tinham o direito de fiscalizar as escolas primárias, “mas isso era pouco feito.” Além do problema da fiscalização, essa lei teria falhado, segundo Nunes (idem p. 54), pela “falta de professorado qualificado, não atraído pela parca remuneração, que na maioria dos casos não atingia sequer o teto estabelecido por lei.” Com referência às escolas femininas, em 1832, o

---

<sup>1</sup> “O ensino mútuo praticado nas escolas para órfãos de guerra criadas em Paris, por Fleurus Pawlet, em 1773 e fechadas em 1795, consistia em confiar a um aluno melhor formado o papel de instrutor para um pequeno grupo de seus discípulos. [...] O pedagogo inglês Joseph Lancaster o propagou na América”. (Arénilla e outros, 2000, p.204 apud NUNES, idem, p. 55).



ministro José Lino dos Santos Coutinho noticia - que só conseguiu identificar 20 funcionando em todo o império. (Sucupira, 1996, p.58-59; Almeida, 1989, p.60, apud Nunes, idem, p.54).

Rabello, em 1829 (apud Nunes, 2004, p.59), relata as aulas existentes na Bahia em 1828, localizadas por freguesias. Segundo Rabello, existiam apenas quatro locais onde se ensinava pelo método lencasteriano ou monitorial: nas cadeiras nacionais de primeiras letras das freguesias da Sé e São Pedro e no Colégio de Órfãos de S. Joaquim, as três em Salvador, e na freguesia de N. Sra. de Nazaré, na Vila de Pedra Branca (hoje Santa Terezinha). Segundo informações de Rabello, existiam “cadeiras nacionais de primeiras letras” em 59 das 107 freguesias então existentes, e em 36 outras havia “aula particular de primeiras letras”. Também existiam aulas nacionais de Gramática Latina em 30 freguesias, e em 35 outras as aulas eram particulares. Nunes diz que, num primeiro cálculo percentual, constatou-se que 88% das freguesias baianas tinham aulas de primeiras letras: 55,2% das paróquias tinham aulas “nacionais” ou públicas, 33,6% aulas particulares, e apenas 11,2% não possuíam qualquer local onde se pudesse aprender a ler, escrever e contar.

As aulas de Gramática Latina, num nível mais alto de instrução (equivalentes hoje ao nível de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental), existiam em 60,7% de todas as freguesias da província. As aulas maiores, exigidas nos Preparatórios para ingresso nos cursos superiores, como Retórica, Filosofia, Geometria, Grego, Desenho, Música, Teologia Moral, Inglês e Francês, só existiam na capital, Salvador, e muitas delas eram públicas.

Na verdade não há, no final do primeiro império, segundo Nunes, dados estatísticos muito precisos sobre a real situação das escolas na província da Bahia. Em seu relatório de 28 de fevereiro de 1830, o Presidente da província da Bahia José Egídio Gordilho de Barbuda (depois Visconde de Camamu) apresenta os seguintes números: os alunos de primeiras letras somam 2.952 meninos e 264 meninas; refere-se às aulas maiores que “têm tido sempre seu aumento.” (Fala do Presidente Visconde de Camamu, 1930, p.2, apud Nunes, 2004, p.60).

Há que se destacar que no Brasil, na época sob regime escravista, não era permitido que escravos frequentassem as aulas públicas.

Dick (2002) dá como início das políticas públicas para o ensino secundário o Ato Adicional de 1834: as províncias podiam legislar autonomamente sobre a educação primária e secundária, a cargo da corte ficava, apenas, o ensino superior. Tal legislação possibilitou a criação do Liceu Provincial, em 1836, assim como a Escola Normal, no mesmo ano (2002, p.93). O Liceu Provincial teve uma preocupação das elites “em relação à necessidade de formação para a camada intermediária, a fim de que estivesse pronta a atender às novas exigências urbanas de uma burocracia estatal.” (Dick, 1992, p.93).

Até a criação do Liceu Provincial, existiam, em termos de escolarização: escolas régias ou menores - onde eram ensinadas as primeiras letras; aulas maiores ou avulsas, para o ensino secundário (que existiam desde o século XVIII com a reforma pombalina); as aulas avulsas - distribuídas pelas vilas, cidades, não possuíam nenhuma orientação geral, seja quanto ao conteúdo, seja quanto à extensão dos programas.

Dick dá algumas informações sobre a estrutura do Liceu e seu funcionamento. O Estatuto do Liceu passou a ser colocado em prática a partir de 1841. As aulas do Liceu eram constituídas pela reunião das aulas maiores; o aluno escolhia no ato da matrícula das 13 matérias existentes as que desejava cursar, não sendo obrigado a frequentar as 13 aulas oferecidas. Também era permitido a qualquer pessoa, mesmo não tendo frequentado o Liceu, obter o grau de Bacharel em Letras. Continuam a existir as aulas particulares fora do Liceu, que eram de preferência das elites.

Eram as seguintes as 13 matérias do Liceu: Gramática Filosófica, Latim, Francês, Inglês, Grego, Geografia e História (compunham uma só disciplina), Aritmética, Geometria, Trigonometria, Filosofia, Eloquência e Poesia, Comércio, Desenho e Pintura. O aluno, para se matricular, deveria ter mais de 10 anos, fazer um requerimento ao Diretor, e pagar uma taxa de matrícula (Dick, 1992, p.94).

Em 1849, com a criação do cargo do Diretor geral de Estudos, ficou “definitivamente proibido que professores públicos lecionassem particularmente.” (p.94)

Há alguns problemas que foram destacados por Dick a respeito do ensino secundário até 1850. Esse se mostrou bastante desorganizado. Mesmo depois da criação do Liceu Provincial, as aulas particulares continuaram a existir, sendo de preferência das elites, porque podiam preparar melhor os alunos para o ingresso no ensino superior. Havia um esvaziamento constante das aulas do Liceu, pela preferência dos alunos pelas aulas particulares. Também as aulas do Liceu apresentavam frequência irregular devido à matrícula por matéria. Por toda a província existiam cadeiras isoladas, que foram abolidas pelo Regulamento Orgânico, em 1860, só passando a existir o ensino secundário na capital e no Liceu. Depois o governo voltou atrás, pela reforma de 1873, liberando o funcionamento das escolas particulares primárias e secundárias. Isso devido à fase de decadência do ensino secundário público reconhecido nas falas dos presidentes da província e nos Relatórios. A ausência das aulas secundárias no interior levava os alunos a se deslocarem para a capital o que, muitas vezes, inviabilizava os estudos.

### **A escolarização na segunda metade do século XIX**

Dada essa visão mais geral sobre a situação da instrução na província da Bahia, na primeira metade do século XIX, a partir da perspectiva das leis, atos e regulamentos apresentados pelas duas historiadoras baianas, e aqui sumarizados, pode-se entrever um ensino de aulas independentes, não sistematizado, oferecido pelo poder público de forma precária e com baixo número de alunos. Os Relatórios de Diretores Gerais dos Estudos, do ano de 1851 e do ano 1894, sobre os quais vamos nos debruçar, apresentam uma situação do ensino desse período da segunda metade do século XIX não muito diversa da que existiu na primeira metade desse mesmo século.

O primeiro Relatório, de 1851, tem o título de *Relatório sobre o Estado da Instrução Pública da Província da Bahia apresentado ao Ex. Dezembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Presidente da mesma Província, por Casemiro de Sena Madureira, Diretor Geral dos Estudos, no anno de 1851*. É



um Relatório datado de 31 de janeiro de 1851, portanto seus dados são relativos ao ano de 1850.

O Diretor Geral dos Estudos começa o Relatório referindo-se às suas visitas a aulas públicas e particulares de instrução primária na capital. Identifica algumas aulas em grande atraso e outras com algum progresso. Refere-se, igualmente, às suas visitas a estabelecimentos públicos e particulares em alguns municípios, como Valença, Cairu, Taperoá, Itaparica, Nazaré, Cachoeira e Santo Amaro, identificando a mesma situação existente na capital. O relator faz o levantamento de alguns problemas que levam as aulas a estarem em grande atraso. Refere-se ao método praticado nessas aulas, uma mistura de ensino mútuo, simultâneo e individual. Há falta de compêndios e exemplares para todos os alunos. Critica o fato de os pais não darem compêndios que são pedidos pelos professores, e reconhece que, na verdade, não havia compêndios determinados, e comenta que só há três meses que o Conselho de Instrução Pública, sob a aprovação do Presidente da Província, mandou que se imprimissem algumas das partes que compõem o *Manual Incyclopedico de Monte Verde*, como a *Grammatica*, *Arithmeica*, *Doutrina* propriamente dita, e definição da *Moral* para servirem de compêndios em todas as aulas primárias da Província, o *Cathecismo histórico do Abbade Fleury*, e a *Calligrafia de Vanzeller*. Sugere que, quando houver compêndios para todos os alunos, convém obrigar os professores a aplicarem o método simultâneo, o que está previsto por lei (lei 37, de 14 de abril de 1836), e o melhor método a ser seguido.

Outra causa do atraso diz respeito à negligência dos pais em relação à frequência dos alunos: alguns alunos se matriculam, mas não frequentam as aulas, existindo mesmo pais que nunca mandaram seus filhos às escolas. Sugere uma lei que imponha multa a essa negligência. Refere-se, também, à suspensão do feriado das quintas-feiras, cuja revogação só podia ser feita pela Assembleia. Com referência aos professores, dá notícias de jubilamento, remoção, falta de professores em algumas freguesias, e da remuneração baixa que percebem; propõe que recebam pelo número de alunos que eles ensinam, para que possa despertar o seu zelo; e que os professores de fora, que possuam mais de 40 a 50 alunos possam receber

gratificação mensal. Pela legislação em vigor, só há gratificação para casa. O aluguel de casas mais adequadas ao ensino fica na dependência da quantia que é dada de gratificação ao professor. O relator informa sobre gratificações dadas a professores, mudança de casas na capital, pedido de aumento de gratificação, em especial para professores de cidades do interior visitadas.

O Diretor Geral dos Estudos apresenta os seguintes números da instrução primária na província: 3545 meninos, pouco mais ou menos em 144 cadeiras; 680 meninas em 26 cadeiras. Observa que os professores são pagos pelos Cofres Provinciais. É apresentada a distribuição por cadeiras e número de alunos, na capital e nas cidades do interior.

Quanto às escolas primárias particulares, visitou aulas na capital e no interior. Na capital são 21 aulas frequentadas por 574 meninos; 16 aulas para o sexo feminino, frequentadas por 410 meninas. No interior, nas cidades de Santo Amaro, Cachoeira São Félix, Nazareth e Valença somam-se 352 meninos e 86 meninas.

Apresenta como total, capital e cidades do interior visitadas, 34 aulas particulares primárias frequentadas por 926 meninos, e 25 para o sexo feminino com 496 meninas.

Destaca, ainda, instrução primária na capital, 47 Órfãos no Colégio de São Joaquim (professor pago pelo patrimônio do mesmo colégio); Arsenal de Guerra com 40 e tantos menores. Faz referência a escolas particulares na capital “muito acreditadas”. Diz existirem outras escolas particulares, mas não tem informação pelo fato de os diretores não o terem procurado e também porque muitas funcionam sem a licença. Conclui esta parte do Relatório, dizendo assim:

Não se pode julgar se a Instrução primária elementar he fornecida à maioria dos meninos da Província, porque faltão-nos dados estatísticos exactos para avaliar-se a população; o alistamento que se tem feito para eleições não pode preencher este fim. O que se pode afirmar he que a Instrução está muito atrazada, e a educação em peor estado. (MADUREIRA, 1851, p.8).

Neste mesmo Relatório, o Diretor Geral dos Estudos nos dá informações sobre a Escola Normal, a Instrução Secundária, Aulas de Instrução Secundária, estabelecidas por particulares.

Sobre a Escola Normal, apresenta a frequência do ano de 1850: 20 alunos, uns do 1º e outros do 2º ano. Alguns aprovados, outros não em algumas matérias. Distribui os professores por matéria: há 1 professor que dá lições de método mútuo e simultâneo; 1 professor que ensina princípios de *Religião Christã*, de leitura e de *Grammatica Philosophica da língua Portuguesa*, com exercício de análise à imitação de nossos clássicos; 1 que dá lições de *Desenho linear*, *Calligrafia*, e *Arithmetica*. Considera incompleta a instrução que se dá na Escola Normal, pelo fato de se limitarem a essas matérias e pelo fato de os alunos não terem a prática dos métodos. Dá sugestões de matérias para compor a formação, e refere-se à necessidade do estágio, sugerindo períodos.

Além disso, refere-se ao Arsenal de Guerra, que tem preparado poucos alunos para trabalhar na indústria, vê como uma necessidade as escolas industriais e faz algumas críticas a esse respeito:

O limitado número de 4 alumnos externos [uma referência ao Arsenal de Guerra] mostra quanto está ainda acanhado o espírito público para a instrução mais necessária as classes menos abastadas, que tem de viver da indústria, principalmente da Agricultura, que he a fonte mais abundante de riqueza do Brasil. (MADUREIRA, 1851, p.10).

Quanto à Instrução Secundária, informa a distribuição por aulas e número de alunos. Nesta capital, são 2 aulas de Latim com 106 alunos, fora do Lyceo, no qual existem várias cadeiras. Informa sobre a existência de mais 8 Cadeiras de latim na Província, frequentadas por 71 alunos.

Faz a seguinte distribuição:

Cadeiras de Latim com.....	177 alunos
3 de Rhetorica com.....	6 alunos
1 de Musica com.....	5 alunos



Sobre as aulas de Instrução Secundária, estabelecidas por particulares, apresenta a seguinte distribuição, da capital e das cidades de Santo Amaro, Cachoeira, Valença, Nazaré e Villa da Barra. Ressalta que outras aulas podem existir, estabelecidas por particulares, mas que não teve como saber.

São 14 as aulas particulares de Latim frequentadas por 320 alunos

8 de Francez com.....	131
3 de Inglez com.....	21
3 de Geografia com.....	30
6 de Filosofia com.....	37
4 de Geometria com.....	83
4 de Rhetorica com.....	17

Este Relatório é bem minucioso, apresentando o seu relator, além de informações sobre a instrução pública e particular na Província da Bahia no ano de 1850, também posicionamentos pessoais, críticas, sugestões. Pode-se observar a partir daí, a precariedade do ensino, não só quanto ao número dos alunos que frequentam as aulas, mas quanto à ausência de “compêndios”, aos métodos, às aulas avulsas (não há uma estrutura curricular), aos muitos professores mal pagos, às desistências, aos jubilamentos, etc.

Antes de nos determos no Relatório de 1894, como proposto, faz-se necessário retroagirmos no tempo, para que, de posse de algumas informações, possamos compreender as referências feitas nesse Relatório.

O Relatório de 1894 está muito relacionado ao dos anos precedentes, em especial ao de 1893. Isso se explica pelo fato de o seu Relator, o médico Satyro de O. Dias estar ocupando este cargo há alguns anos. Nunes (2002) nos oferece informações curiosas e também importantes que nos situam no período pós-Proclamação da República e nos Atos do então governador da Bahia, Manuel Vitorino, relativos ao ensino e de repercussão posterior.

Manuel Vitorino, então governador da Bahia, no final do ano de 1889, baixou dois Atos, um referente à obrigatoriedade escolar para as crianças dos 6 aos 13 anos, e outro criando o Serviço de Higiene Escolar.

Em janeiro de 1890, outro Ato estabelece a realização de um recenseamento escolar. Também esse governador nomeia uma comissão para tratar da construção de prédios escolares. Houve uma demora na implementação desses Atos e também uma “forte reação da parte da população à novidade do ensino obrigatório que lhes parecia demasiada interferência em sua vida pessoal.” (Nunes, 2002, p.114). Há uma insatisfação da população com o novo governo, acabando em seu pedido de demissão. O General Hermes da Fonseca assume, como governador, em 26 de abril de 1890, e Satyro Dias, anteriormente Diretor Geral da Instrução Pública, é mantido no cargo. Esse sugere ao governador a suspensão de alguns Atos, menos o recenseamento escolar. São as palavras do Diretor em sua exposição, para o então governador (Nunes, 2002, p.117):

[...] A Bahia não dispunha de pronto dos recursos necessários para a construção imediata de centenas de prédios escolares, para a fundação do ensino obrigatório em todo o seu território, para a aquisição do grande material pedagógico indispensável à dotação de, pelo menos, duas mil escolas, para a subvenção de outros tantos professores primários. Eis por que pecou a reforma Vitorino [...].

Em meados de julho de 1890, Satyro Dias já tinha recebido alguns dos resultados do recenseamento e apresentou o quadro desses resultados obtidos em 16 paróquias da capital, só faltando o de Passe, por não ter ainda sido enviado. Com base nesse quadro, são dadas as seguintes informações: de 20.300 crianças, em idade escolar, existentes nessas 16 paróquias, apenas cerca de 16,5% (3.344) delas estavam matriculadas nas escolas públicas e somente cerca de 11% (2.240) efetivamente frequentavam as aulas. A capital já contava com dois distritos e ele propôs que o Estado fosse dividido em outros dez. A exposição de Satyro Dias para Hermes da Fonseca, sobre a instrução primária e secundária, muito minuciosa, (Nunes, 2002, p. 119) foi acatada pelo Governador, que mandou que fosse reduzida a regulamentação e submetida à aprovação. Esse Ato de 18 de agosto de 1890 diz respeito à Reforma da Instrução primária e secundária do estado, a que Satyro Dias faz muitas referências em seu Relatório de 1894.

Segue o Quadro da divisão do estado da Bahia em 12 distritos

escolares por comarcas, com declaração da população geral e escolar, matrículas, frequência e número de escolas apresentado por Satyro Dias. (Nunes, 2002, p.121).

**Tabela 4** – Divisão do Estado da Bahia em 12 distritos escolares por comarcas, com declaração da população geral e escolar, matrículas, frequência e número de escolas.

Distritos	População		Número de Escolas					
	Geral	Escolar	Matrícula	Frequência	Masculinas	Femininas	Mis-tas	Total
1º - Freguesias: Vitória, S. Pedro, Conceição da Praia, Santana, Passo, Pilar, Mares, Penha.	110.641	13.443	1.757	-	16	18	2	36
2º - Freguesias: Sto. Antônio, Brotas, Itapua, Pirajá, Paripe, Passe, Cotegipe, Maré, Matoim.	66.384	7.207	1.312	-	14	18	7	39
3º - Comarcas: Sto. Antônio (sede), Barra de Sergipe do Conde, Abrantes, Alagoinhas, Serrinha	184.538	28.971	2.335	1.557	39	36	10	85
4º - Comarcas: Cachoeira (sede), Maragogipe, S. Felix, Feira de Santana, Purificação, Camisão, Orobo.	324.641	50.963	3.661	2.385	62	44	10	116
5º - Comarcas: Nazaré (sede), Itaparica, Valença, Taperoá, Santarém, Areia e Amargosa	159.720	25.433	2.735	1.724	46	44	18	108
6º - Comarcas: Ilhéus (sede), Camamu, Barra do Rio de Contas, Canavieiras, Porto Seguro, Alcobaca, Caravelas.	88.373	15.178	1.422	796	35	21	5	61
7º - Comarcas: Inhambupe (sede), Conde, Entre-Rios, Itapicuru, Pombal, Bom Conselho, Jeremoabo.	157.259	24.737	1.283	844	31	23	6	60
8º - Comarcas: Cidade do Bonfim (sede), Jacobina, Monte Santo, Joazeiro, Capim Grosso.	129.439	20.410	1.735	1.181	30	14	5	49
9º - Comarcas: Lavras Diamantinas (sede), Andaraí, Rio de Contas, Brejo Grande, Maracás.	164.929	26.022	745	506	39	16	13	68
10º - Comarcas: Cairité (sede), Monte Alto, Condeúba, Vitória.	140.021	21.976	715	481	21	10	6	37
11º - Comarcas: Urubu (sede), Macaúbas, Carinhanha.	134.233	21.131	527	379	18	8	1	27
12º - Comarcas: Barra do Rio Grande (sede), Campo Largo, Xique-Xique, Remanso.	145.484	20.243	578	398	23	9	3	35
Totais	1.805.662	275.714	18.800	10.251	374	261	86	721

Secretaria da diretoria geral da Instrução Pública do Estado da Bahia, 18 de agosto de 1890. O Secretário, dr. *Aprígio Amâncio Gonsalves*. Fonte: Atos do Governo do Estado de 28/11/1889 a 30/06/1891, p.71.



Voltemos ao Relatório de 1894. Este Relatório tem o seguinte título: *Relatório sobre A Instrução Pública no Estado da Bahia apresentando À S. O Sr. Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima pelo Dr. Satyro de Oliveira Dias Director Geral*. A data é de 15 de abril de 1894.

Satyro Dias inicia seu Relatório tomando algumas palavras do então governador proferidas ao Parlamento do Estado, tratando da necessidade de reorganizar o ensino público. Satyro Dias ratifica a necessidade urgente de uma reforma, devido à situação em que se encontra: “[...] sem prédios escolares, sem mestres idôneos e conscientes, e sem fiscalização indispensável à verdade e ao desenvolvimento da instrução.” (Dias, 1894, p.1). O relator refere-se à lei de 18 de agosto de 1890 e faz uma crítica ao fato de não terem sido executadas “as suas melhores e proveitosas disposições”; relaciona as questões ainda não resolvidas e fala de sua luta há três anos por uma nova lei do ensino. Satyro Dias dá uma visão bastante crítica sobre a situação do ensino:

Nas escolas primárias não se observa o seu programma; a maior parte dos professores não têm as habilitações precisas para tanto [...]. A fiscalização efetiva não se exerce; a extraordinária nunca se fez. Os professores cumprem seus deveres porque querem, ou quando querem e como querem. As escolas vivem em grande parte desertas de alumnos, e ninguém se queixa; [...]

A quem visita as nossas escolas confrange-se-lhe o coração ao ver o estado de abandono em que vegetam. Não funcionam em casas regulares; não tem livros, não tem mobília, nem pedras, nem quadros, nem mappas, nem cousa nenhuma. (Dias, 1894, p.4).

O Diretor Geral faz alusão às suas observações feitas há quatro anos sobre a instrução pública e a situação ainda é a mesma. (Dias, 1894, p.4). Refere-se ao relatório do ano de 1893; faz outras considerações sobre a situação do ensino e apresenta os pontos que considera capitais para a nova reforma.

Dá como total de escolas 755 e como movimento geral de matrícula durante o ano de 1893, nas escolas primárias, o seguinte (p.15):

Sexo masculino

Matrícula..... 15999

Frequência..... 11201

Sexo feminino

Matrícula..... 12543

Frequência..... 8771

Resultado geral

Matrícula..... 28542

Frequência..... 19972

Dick (2002, p.103), em comentários sobre os anos finais do Império e sobre o final do século, nos diz que:

[...] no final do século, uma outra preocupação inquietava os meios políticos e a instrução da província. Como e com que tipo de instrução seriam atendidos os negros libertos? Para o presidente da província esta deveria ser uma iniciativa assumida por particulares. Com esta idéia foi criada a Sociedade Bahiana Treze de maio, inaugurada em 28 de setembro de 1889 [...] funcionando como curso noturno. Da fundação até abril de 1890, 197 passaram pela escola, onde professores públicos e particulares ofereciam aulas noturnas.

## CONCLUSÕES

O século XIX foi marcado, em termos de escolarização, por muitos Decretos, Atos, Regulamentos, Reformas, deixando entrever que as medidas oficiais foram muito pouco operantes para atender à quantidade da população brasileira em idade escolar, e lhe oferecer um ensino de mínima qualidade. Não só as condições materiais eram as mais precárias, mas existiam problemas relativos à formação dos professores, à remuneração, à falta de suporte pedagógico, por inexistência mesmo de “manuais”, os

famosos compêndios da época, a falta de um currículo estruturado, e as próprias “matérias” ensinadas, de conteúdo eminentemente humanístico e propedêutico.

Há, também, que se destacar que a escolarização atendeu muito mais às elites e a uma pequena parcela da classe intermediária; havia preconceitos sociais na época, observados em relação às mulheres, pelo número de escolas, matrículas, frequência e referências feitas nos Relatórios. Preconceito e discriminação também sofreu a população negra escrava, sem direito a cursar escolas públicas, mesmo quando libertos.

Salvador e seu Recôncavo tinham, em 1872, 492.732 h e 28.542 de matriculados nas escolas em 1893. Se no geral, no Brasil, em 1872 (FAUSTO,1994, p. 137) 20% seriam de não escolarizados, não admira que na Bahia e seu Recôncavo, o percentual de matriculados fosse 5,79%.

Esses dados históricos esboçados sobre a escolarização no Brasil permitem entrever que são as variantes orais dialetais espaciais e verticais que dominam o português brasileiro geral. O ideal normativizador — primeiro lusitanizante, depois em função de um padrão culto brasileiro — desencadeado no século XIX não teve vez de se implantar efetiva e generalizadamente no Brasil, restringindo-se apenas a uma minoria economicamente privilegiada e a alguns quantos, seres excepcionais, que rompem as limitações impostas pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural perverso do Brasil, desde suas origens coloniais. (Mattos e Silva, 2004, p.41).

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, T. *Ensaio de Antropologia Social*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1959.

CARNEIRO, Z. O. N. ; ALMEIDA, N. L. F. A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (org.). *Para a História do português brasileiro: novos dados, novas análises*. Salvador: Edufba, 2006, v.2, p.649-674.



DIAS, S. O. *Relatório sobre A Instrução Pública no Estado da Bahia* apresentado À S. O Sr. Governador Dr. Joaquim Manuel Rodrigues Lima. Bahia, 1894.

DICK, S. M. Origem das políticas públicas para o ensino secundário – o Liceu Provincial Baiano – 1836 a 1890. *Revista Gestão em Ação / Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA; ISP/UFBA*. Salvador. jul./dez. 2002, v.5, n.2.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

MADUREIRA, C. S. *Relatório sobre o Estado da Instrução Pública da Província da Bahia apresentado ao Ex. Dezembargador Conselheiro Francisco Gonçalves Martins, Presidente da mesma Província*. Bahia, 1851.

MATTOSO, K. *Bahia século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. Um estudo quantitativo de estrutura social: a cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, no século XIX. In: MATTOSO, Kátia. (org.) *Da revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX*. Salvador: Corrupio, p.203-244, 2004.

MATTOS e SILVA, R. O português brasileiro: sua complexidade multilingüística do Brasil colonial e pós-colonial. In: COSTA, S. B.; MACHADO FILHO, A. V. L. *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, p.114-137, 2004a.

MATTOS e SILVA. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004b.

NUNES, A. d'A. Política educacional do segundo governo republicano na Bahia (1890). *Revista Gestão em Ação / Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA; ISP/ UFBA*. Salvador, jul./dez. 2002, v.5, n.2.

NUNES, A. d'A. Educação liberal centralizadora na Bahia sob o império de Pedro I (1822-1830). *Revista Gestão em Ação / Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFBA; ISP/ UFBA*. Salvador. jan./abr. 2004, v.7, n.1.

RABELLO, D. A. Corografia, ou Abreviada História Geográfica do Império. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1929, n.55, p.235.

TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*. 10.ed. Salvador/São Paulo: EDUFBA/ Editora UNESP, 2001.

VILHENA, L. S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapoan, 1969.